Boletim de Jurisprudência

Secretaria de Gestão da Informação Institucional

Coordenadoria de Gestão Normativa e Jurisprudencial

Seção de Divulgação

13/2015

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março está disponível na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL

Configuração

Doença profissional. Lombalgia. Relação de concausa. Alegação fática abstrata fornecida em diligência pela reclamante. Insuficiência. Fatos controvertido. Prova. Distribuição do ônus. Confirmação da inexistência dos fatos gravosos. Sucumbência das conclusões periciais. A reclamante alegou-se portadora de doença profissional incapacitante, o que demandou realização de perícia médica. A *expert* do juízo cogita de eventual concausa, a partir da narrativa dos fatos realizada pela reclamante. Estes fatos apresentam-se, no entanto, controvertidos nos autos, porque negados pela defesa. O encargo probatório dos tais fatos deságua sobre a reclamante, que é titular do direito neles baseado. Prova nenhuma faz. A contraparte, a seu turno, demonstra que não houve carregamento de peso durante os serviços de auxiliar de laboratório audiovisual, porque à tarefa, além de ter realização eventual, concorriam funcionários e alunos. O quadro infirma, pois, as cogitações do laudo, na suposta concausa. Não confirmada a ocorrência de condições de trabalho que sugerissem o surgimento de lombalgia, impõe-se a manutenção da sentença que indeferiu os pedidos da autora. Recurso ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 02775006020095020068 - RO - Ac. 9ªT [20150324485](#) - Rel. Eliane Aparecida da Silva Pedroso - DOE 28/04/2015)

AGRAVO DE INSTRUMENTO

Cabimento

Direito Processual do Trabalho. Recursos. Agravo de Instrumento em Agravo de Petição não processado sob o fundamento de incabível. Caráter não vinculativo do entendimento do Juízo de primeiro grau. Objetividade de pressuposto processual extrínseco negativo de admissibilidade suficiente para a denegação de processamento do Agravo de Petição, ainda que por fundamento diverso. Intempestividade do recurso denegado. Agravo de Instrumento não provido. É intempestivo Agravo de Petição interposto em 21 de novembro de 2013 de decisão que se limitou a indeferir pedido de reconsideração de despacho de rejeição de pedido de reconhecimento de grupo empresarial e de solidariedade. A intempestividade exsurge do fato de que o interesse processual de recorrer (agravar) nasceu, *in thesi*, do despacho publicado em 23 de julho de 2013. Foi essa decisão, e não o indeferimento - publicado em 12 de novembro de 2013 - do pedido de reconsideração o ato processual real ou potencialmente lesivo aos interesses do autor-exequente-agravante. Pedidos de reconsideração não são dotados de eficácia suspensiva ou interruptiva de prazo recursal. Despacho denegatório mantido. Agravo de Instrumento a que se nega provimento. (TRT/SP - 00019363120145020053 - AIAP - Ac. 13ªT [20150205192](#) - Rel. Roberto Vieira de Almeida Rezende - DOE 18/03/2015)

ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

Efeitos

Recurso ordinário. Assistência judiciária gratuita. Honorários periciais. Com a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não há que se falar em pagamento dos honorários periciais pelo reclamante (Súmula nº457 do C. Tribunal Superior do Trabalho). Recurso do autor parcialmente provido. (TRT/SP - 0000497420135020464 - RO - Ac. 12ªT [20150228869](#) - Rel. Jorge Eduardo Assad - DOE 27/03/2015)

BANCÁRIO

Horário, prorrogação e adicional

O divisor aplicável para o cálculo das horas extras do bancário, se não houver ajuste individual expresso ou coletivo no sentido de considerar o sábado como dia de descanso remunerado, será de 220, para os empregados submetidos à jornada de oito horas. Inteligência da Súmula nº124 do C. TST. (TRT/SP - 00003588520145020068 - RO - Ac. 17ªT [20150259551](#) - Rel. Sergio Jose Bueno Junqueira Machado - DOE 31/03/2015)

COISA JULGADA

Efeitos

Transação extrajudicial. Não podem ser conferidos os efeitos de coisa julgada para acordo entabulado extrajudicialmente. Tampouco pode ter alcance para impedir a discussão judicial sobre os títulos contratuais não incluídos no acordo analisado. (TRT/SP - 01730002320095020009 - RO - Ac. 17ªT [20150182362](#) - Rel. Thaís Verrastro de Almeida - DOE 13/03/2015)

COMPETÊNCIA

Aposentadoria. Complementação

Como se pode inferir do texto da Lei Estadual nº 9.343/96, a complementação de aposentadoria tem como fonte pagadora o Estado, sujeitando-se o índice de correção da vantagem pecuniária às convenções coletivas, acordos ou dissídios coletivos que venham a ser entabulados pela CPTM (sucessora da FEPASA) ou pelo sindicato patronal. A rigor do quanto decidido pela Suprema Corte, observo que não há no caso em apreço a figura da entidade fechada de previdência privada de que cogita o art. 202, parágrafo 2º da Constituição Federal, decorrendo o pleito de complementação de aposentadoria das próprias condições ínsitas à contratualidade referendadas por lei estadual e balizadas por negociação coletiva ou por decisão oriunda de dissídios coletivos. Nesse contexto, entendo que a competência material para julgar a presente ação é mesmo da Justiça do Trabalho, nos termos do art. 114, inciso I, da Constituição Federal. Apelo a que se dá provimento (TRT/SP - 00005990520105020002 - RO - Ac. 16ªT [20150289167](#) - Rel. Nelson Bueno do Prado - DOE 14/04/2015)

CONFISSÃO FICTA

Configuração e efeitos

Confissão *ficta*. Presunção relativa de veracidade. Consideração da prova pré-constituída. A confissão ficta transforma em verdade processual os fatos elencados pela parte adversa, pela sua ausência e Juízo para prestar depoimento,

devendo, contudo, ser observadas as provas já existentes nos autos, uma vez que a presunção somente se configura como relativa (inteligência da Súmula nº 74 do C. TST). (TRT/SP - 00000499420145020252 - RO - Ac. 2ªT [20150294551](#) - Rel. Pêrsio Luís Teixeira de Carvalho - DOE 17/04/2015)

CONTRATO DE TRABALHO (SUSPENSÃO E INTERRUÇÃO)

Doença

Cabe ao empregador que questiona a alta médica do INSS buscar a solução para a divergência acerca da capacidade ou incapacidade do empregado para o labor. E, se assim não o fez, deixando o empregado num verdadeiro "limbo", não pode este último, parte hipossuficiente na relação empregatícia, mormente quando está com problemas de saúde, sair mais prejudicado, ficando sem perceber salário e benefício previdenciário. (TRT/SP - 00017933520125020466 - RO - Ac. 17ªT [20150182389](#) - Rel. Thaís Verrastro de Almeida - DOE 13/03/2015)

DANO MORAL E MATERIAL

Indenização por atos discriminatórios

Recurso ordinário. Princípio da dignidade da pessoa humana. Vedação à discriminação na fase pré-contratual. Eficácia horizontal dos direitos humanos fundamentais. É possível responsabilizar a parte por eventual dano não só na fase de execução e conclusão do contrato, mas também nas fases pré e pós contratual. O atual sistema jurídico de direito privado impõe às partes contratantes o dever de observar os princípios da probidade e da boa-fé objetiva. Muito embora o art. 422 do Código Civil seja expresso quanto ao dever das partes resguardar os princípios da probidade e da boa-fé objetiva apenas nas fase de conclusão e execução do contrato, a doutrina e a jurisprudência evoluíram para a interpretação segundo a qual essa cláusula geral incide também nas fases pré-contratual e pós-contratual. O postulado da dignidade da pessoa humana alçado pelo inciso III do art. 1º da CF à condição de princípio-guia do sistema jurídico fornece ao órgão julgador uma diretriz inafastável na aplicação e concretização de qualquer norma jurídica positivada. É por isso que o direito de propriedade, o direito potestativo de rescisão contratual e a própria autonomia privada da vontade devem ser interpretados e aplicados no caso concreto à luz do princípio da dignidade da pessoa humana. Além do mencionado princípio, o valor "trabalho" e "livre iniciativa" foram acolhidos pela nova ordem jurídica democrática como elementos fundamentais para a formatação jurídica do estado e para a promoção social do homem. Fiel a esses princípios o constituinte elegeu certos direitos como direitos fundantes de uma sociedade, denominando-os como direitos fundamentais. Dentre os direitos fundamentais há o da não-discriminação previsto no caput e inciso I do art. 5º da CF. É bem verdade que o parâmetro antidiscriminatório é encontrado em diversos dispositivos do texto constitucional como no inciso XXX e XXXI do art. 7º; inciso XLII do art. 5º; inciso IV do art. 3º, todos da CF. Contudo, o desafio do mundo moderno, o que inclui o mundo do trabalho, já não é o reconhecimento desses direitos fundantes, mas sim a efetividade dos mesmos. É incontroversa a eficácia dos direitos fundamentais na relação entre o particular e o Estado - mais conhecida como eficácia vertical dos direitos fundamentais - já que os direitos fundamentais originariamente surgiram como forma de limitação da ação estatal na esfera de direitos do indivíduo, ou seja, para a defesa das liberdades individuais. Já nas relações privadas (ou horizontais) a doutrina e a jurisprudência brasileiras sob forte influência do direito constitucional alemão e português passaram a

reconhecer os efeitos dos direitos fundamentais nas relações entre particulares. Desse modo, é inegável que a proibição à discriminação não se dirige apenas ao Estado mas também ao particular nas relações privadas. Em atendimento ao manancial de direitos e princípios que resguardam a dignidade da pessoa humana, rejeitando a discriminação manifestados no inciso III e IV do art. 1º; incisos I, III e IV do art. 3º; caput e incisos I e XLI do art. 5º, todos da CF, além da função social da propriedade privada e da busca do pleno emprego expressos nos incisos III e VIII do art. 170 da CF, respectivamente, e da função social do contrato e da boa-fé contratual indicados nos artigos 421 e 422 do Código Civil, respectivamente e, finalmente, em obediência às Convenções 111 e 117 e à Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, de 1998, todas da OIT, o legislador infraconstitucional editou a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995 na qual se veda expressamente a adoção de prática discriminatória para acesso ao emprego ou sua manutenção. Com efeito, o legislador infraconstitucional albergou expressamente um direito fundamental a ser aplicado, inclusive, na relação privada. (TRT/SP - 00005504520135020038 - RO - Ac. 12ªT [20150195421](#) - Rel. Marcelo Freire Gonçalves - DOE 20/03/2015)

Indenização por dano moral em geral

Indenização por dano moral. Responsabilidade pré-contratual. A responsabilidade civil do empregador pode alcançar a fase pré-contratual, podendo gerar pagamento de reparação por dano moral, desde que confirmados os transtornos afirmados nos autos. No caso, não logrou a reclamante demonstrar, por meio documental ou prova oral, de que teria sido admitida na data alegada na inicial. Contudo, mesmo que houvesse indícios de que seria formalizada a contratação no dia indicado na exordial, são apenas indícios e não promessa efetiva, havendo mera expectativa de direito, condicionada à apresentação das exigências contratuais estipuladas pela empresa. Nesse último aspecto, aliás, nenhum documento foi apresentado pela autora, no sentido de que tenha atendido a qualquer imposição patronal. Logo, não evidenciados os prejuízos concretos à demandante, a sentença deve ser mantida. Recurso ordinário a que se nega provimento (TRT/SP - 00011021620145020445 - RO - Ac. 16ªT [20150285897](#) - Rel. Nelson Bueno do Prado - DOE 15/04/2015)

Dano moral. Ofensas, perseguição e xingamentos. Superior hierárquico. Confissão real. Depoimento do reclamante. Ausência de demonstração dos fatos. Improcedência. Depois de a inicial indicar vários e reiterados atos de perseguição, xingamentos e ofensas pelo superior hierárquico do reclamante, seu depoimento ao juiz em que reconhece apenas que o relacionamento não era muito bom importa confissão. Ainda que sejam considerados os elementos exógenos ao depoimento, como a tensão do momento ou a inexperiência do reclamante em comparecer diante do juiz, a indicação de que a situação não era muito boa não pode ser acolhida como confirmação das graves ocorrências narradas pela inicial. A confissão sobrepõe-se a eventual depoimento mais minudente de testemunha. Recurso do reclamante, no particular, improvido. (TRT/SP - 00011329220135020087 - RO - Ac. 14ªT [20150070998](#) - Rel. Marcos Neves Fava - DOE 13/02/2015)

DOCUMENTOS

Autenticação

Agravo de petição em embargos de terceiro. Inobservância do Art. 830, da CLT. Não conhecimento. Não há de ser conhecida insurgência que, alicerçada em cópias dos documentos, cujos originais encontram-se nos autos principais, deixa de implementar o disposto no art. 830, da CLT (com a alteração que lhe foi dada pela Lei nº11.925/2009). (TRT/SP - 00021048820145020261 - AP - Ac. 5ªT [20150273074](#) - Rel. Leila Aparecida Chevtchuk de Oliveira - DOE 10/04/2015)

EQUIPARAÇÃO SALARIAL

Desvio de funções (em geral)

Equiparação salarial. Desvio funcional. O desvio de função configura-se pelo exercício do conjunto de atribuições, poderes e atos materiais concretos de função diversa daquela para a qual foi contratado. O pedido é embasado na equivalência (CLT, art. 460). Na equiparação salarial o trabalhador pede idêntico salário a de outro empregado que exerceu, simultaneamente, função idêntica, na mesma localidade, para o mesmo empregador (art. 461 da CLT). O pedido baseia-se no princípio antidiscriminatório. Comprovado que o autor não realizava todas as tarefas que compõem a função de operador de máquinas. Não configurado o desvio de função. (TRT/SP - 00024852720125020242 - RO - Ac. 6ªT [20150087475](#) - Rel. Rafael Édson Pugliese Ribeiro - DOE 23/02/2015)

EXECUÇÃO

Bens do cônjuge

Penhora de bens. Os termos do acordo celebrado quando do divórcio apenas produzem efeitos obrigacionais entre as partes, não prejudicando os direitos de terceiros. Agravo de petição não provido. (TRT/SP - 00026772620125020026 - AP - Ac. 11ªT [20150217972](#) - Rel. Ricardo Verta Ludovice - DOE 24/03/2015)

Bens do sócio

Agravo de petição em embargos de terceiro. Fraude de execução. Alienação de veículo pelo sócio. Propositura da ação e desconsideração da personalidade jurídica após a transmissão do bem. Se ao tempo da alienação do bem do sócio executado, não corria contra ele a demanda, uma vez que ainda não estava incluso no polo passivo da reclamação trabalhista, não há que se cogitar de fraude de execução. Agravo não provido. (TRT/SP - 00023941420135020011 - AP - Ac. 12ªT [20150255149](#) - Rel. Jorge Eduardo Assad - DOE 07/04/2015)

Depósito

Execução. Diferença entre os juros bancários e os trabalhistas. É devida a diferença entre os juros bancários e os juros trabalhistas, se o depósito do valor da condenação objetivou o prosseguimento do embate e não a quitação da execução. Aplicação da Súmula nº07 do E. TRT da 2ª Região. (TRT/SP - 00347003220065020027 - AP - Ac. 5ªT [20150209970](#) - Rel. Jomar Luz de Vassimon Freitas - DOE 20/03/2015)

Fiscal

Execução fiscal. Dívida ativa. Não tributária. Multas aplicadas por violação à legislação do FGTS. Débitos perfeitamente exigíveis. Inocorrência de prescrição

ou decadência. Impossibilidade de inclusão da ex-sócia da pessoa jurídica executada. Inexistência de responsabilidade patrimonial. Inaplicabilidade do artigo 135 do CTN. Agravo de petição da união desprovido. Dois prazos limitam a cobrança judicial das dívidas relativas às penalidades administrativas pela União. O primeiro, decadencial, transcorre-se entre a consumação da hipótese de incidência da penalidade e a inscrição do valor na dívida ativa. O segundo, prescricional, daí até o ajuizamento da execução. Ambos contam-se em cinco anos. Na hipótese, nenhum dos dois consumou-se, pelo que a multa subsiste. Não se tratando, no entanto, de dívida tributária, o que afasta o artigo 135, do CTN, a inclusão de ex-sócio, ausente da Certidão da Dívida Ativa, ao polo passivo não encontra fundamento legal. (TRT/SP - 00358008920085020079 - AP - Ac. 14ªT [20150070661](#) - Rel. Marcos Neves Fava - DOE 13/02/2015)

Recurso

Hasta pública. Avaliação de imóvel feita cerca de quatro anos antes. Nulidade. A realização de hasta pública sem que haja reavaliação de imóvel, o qual fora avaliado cerca de quatro anos antes, é nula, haja vista a defasagem no valor do bem. O valor do imóvel deve estar atualizado quando da realização da praça. Agravo de petição da executada a que se dá provimento. (TRT/SP - 00976008520065020242 - AP - Ac. 6ªT [20150241385](#) - Rel. Ricardo Apostólico Silva - DOE 30/03/2015)

GESTANTE

Contrato por tempo determinado

Contrato de experiência. Garantia de emprego da gestante. Prevalência. A dignidade da pessoa humana é princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, ao passo que o amparo à trabalhadora gestante figura entre os direitos sociais contemplados pela Carta Magna (artigos 7º e 10, II, "b" do ADCT), sobretudo porque a proteção legal é direcionada preponderantemente ao fruto da concepção. A garantia de emprego é direcionada inclusive à empregada contratada mediante contrato de experiência. (TRT/SP - 00023489320135020053 - RO - Ac. 2ªT [20150294438](#) - Rel. Pérsio Luís Teixeira de Carvalho - DOE 17/04/2015)

GREVE

Configuração e efeitos

As intimações expedidas durante o período de greve serão consideradas realizadas no primeiro dia útil subsequente ao término da suspensão dos prazos. Agravo a que se dá provimento. (TRT/SP - 00333008220055020070 - AP - Ac. 11ªT [20150098167](#) - Rel. Wilma Gomes da Silva Hernandez - DOE 24/02/2015)

HONORÁRIOS

Advogado

Ação de cumprimento cumulada com reclamação trabalhista por substituição processual. Honorários advocatícios. Devidos. Cediço que se admite a tutela coletiva de direitos na Justiça do Trabalho, por força de aplicação subsidiária do art. 1º, IV, da Lei de Ação Civil Pública, e dos arts. 83 e 91 do Código de Defesa do Consumidor, diplomas legais que formam o cerne do microsistema de tutela dos interesses e direitos coletivos, considerados em sua acepção ampla. Ocorre

que os direitos e interesses tutelados por meio desta ação não se encontram entre aqueles protegidos na legislação referenciada. A própria denominação atribuída à demanda evidencia estar-se diante de reclamação trabalhista. Nesse contexto, não se aplicam à espécie as normas do art. 18 da LACP e do art. 87 do CDC, mas aquela de natureza processual cuja subsidiariedade decorre da própria CLT, art. 769, mais especificamente o art. 20 do Código de Processo Civil, segundo o qual a sentença condenará o vencido a pagar honorários advocatícios ao vencedor. É o que se depreende da análise do item III da Súmula 219 do Tribunal Superior do Trabalho. No mesmo sentido o art. 5º da Instrução Normativa 27/2005 daquela Corte Superior. Recurso ordinário a que se nega provimento. (TRT/SP - 00022121120115020007 - RO - Ac. 12ªT [20150194310](#) - Rel. Benedito Valentini - DOE 20/03/2015)

Perito em geral

Honorários Periciais. Sucumbência. Todas as despesas processuais devem ser suportadas pelo vencido, instando ressaltar que o processo de execução teve início pelo fato de a agravada não ter cumprido a coisa julgada de forma espontânea, obrigando o credor a dar início à liquidação. Nesta fase, os honorários periciais são sempre de responsabilidade da devedora, sob pena de resultar comprometida a restituição integral da dívida. No caso dos autos, a reclamada foi sucumbente em pedidos expostos na inicial, que acabaram ensejando a elaboração do trabalho contábil, devendo responder pelo pagamento dos honorários periciais, uma vez que o Art. 790-B da CLT preceitua que a responsabilidade relativa aos honorários periciais é da parte sucumbente. Agravo de petição do exeqüente ao qual se dá provimento, no particular. (TRT/SP - 01871003720075020434 - AP - Ac. 13ªT [20150204722](#) - Rel. Roberto Vieira de Almeida Rezende - DOE 18/03/2015)

JORNADA

Revezamento

Turnos de revezamento. Alternância entre os períodos diurno e noturno. Caracterização. O trabalho prestado em dois turnos, diurno e noturno, em regime de alternância, enseja o enquadramento na jornada de seis horas diárias prevista pelo inciso XIV do art. 7º da Constituição, por caracterizar o cumprimento de "turnos ininterruptos de revezamento". Nesse sentido a Orientação Jurisprudencial 360 da SDI-1 do TST. (TRT/SP - 00002993920145020443 - RO - Ac. 12ªT [20150194301](#) - Rel. Benedito Valentini - DOE 20/03/2015)

JUIZ OU TRIBUNAL

Poderes e deveres

Execução. Consulta à CENSEC. Central notarial de serviços eletrônicos compartilhados. Pertinência. O Magistrado na execução trabalhista deve determinar a adoção das medidas legais que viabilizem, ainda que *in status assertionis*, a satisfação do crédito laboral, cuja natureza alimentar é inequívoca. Frustradas as tentativas de localização de bens do devedor, pertinente a consulta à CENSEC eis que é de interesse da Justiça a efetivação do comando judicial de forma célere e eficaz (inteligência dos artigos 5º, "a", XIV, XXIV, XXXIV da Carta Magna e do artigo 765 da CLT - Provimento 18/2012 do CNJ) (TRT/SP - 02152006320035020071 - AP - Ac. 2ªT [20150225690](#) - Rel. Rosa Maria Villa - DOE 24/03/2015)

Expedição de ofício à Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSEG). Faculdade do juiz da execução. A expedição de ofícios configura faculdade conferida ao juiz da execução, haja vista o artigo 765 da CLT. Exceto na hipótese em que a intervenção judicial seja exigida, a obtenção de informações acerca dos executados constitui ônus da parte exequente. A pretensão é meramente especulativa e cabe ao juiz dirigir o processo de modo a velar pela rápida solução do litígio, afastando as diligências inúteis que apenas terminam por onerar e retardar a efetiva prestação jurisdicional. (TRT/SP - 00013883820145020301 - AIAP - Ac. 7ªT [20150303763](#) - Rel. Doris Ribeiro Torres Prina - DOE 17/04/2015)

JUSTA CAUSA

Incontinência de conduta e mau procedimento

Hipótese em que a reclamante não nega a procedência dos *e-mails* e nem tampouco a utilização do *e-mail* corporativo da ré para uso pessoal. Ainda, o teor dos *e-mails* é nitidamente dissociado e impróprio à atividade laboral para a qual a autora foi contratada. Configuração do art. 482 "b" da CLT. (TRT/SP - 00011377920125020013 - RO - Ac. 17ªT [20150183156](#) - Rel. Sergio Jose Bueno Junqueira Machado - DOE 13/03/2015)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempreitada

Responsabilidade subsidiária e terceirização. A responsabilidade da tomadora, na terceirização de serviços que poderiam ser executados com mão de obra própria, é questão, simplesmente, de justiça e, mais que isso, impede a exploração do trabalho humano, com o que se atende ao elevado princípio, universal e constitucional, que é o da dignidade humana. O mecanismo da terceirização não pode ser válvula de escape para que a tomadora se abstenha de responder pelos seus deveres, mesmo que de forma subsidiária, em detrimento daqueles que trabalharam em prol dos seus interesses, ainda que através de outro empregador. Escolher bem e fiscalizar a satisfação dessas obrigações é uma exigência ética que se impõe a todos aqueles que se valem de terceiros para a obtenção do trabalho humano. Terceirizar serviços, para apenas reduzir custos, sem assumir a tomadora a sua responsabilidade social é, não só, ignorar a dimensão do seu papel na sociedade, como também, e acima de tudo, uma ofensa à dignidade do trabalhador, tudo desde 1988 sob égide constitucional e nos termos da Jurisprudência do Colendo Tribunal Superior do Trabalho (Súmula 331). Recurso ordinário da segunda reclamada ao qual se nega provimento. (TRT/SP - 00004917820125020010 - RO - Ac. 11ªT [20150217913](#) - Rel. Ricardo Verta Ludovice - DOE 24/03/2015)

MULTA

Multa do Artigo 475 J do CPC

Multa do Art. 475-J do CPC. Consignação na sentença de mérito caso seja líquida. Possibilidade. A multa prevista no art. 475-J do CPC pode constar já da sentença, caso ela seja líquida, pois incide na hipótese da primeira parte do referido dispositivo legal ("Caso o devedor, condenado ao pagamento da quantia certa..."), posto que o devedor já terá conhecimento do valor a ser pago em quinze dias, o que não ocorre no caso de sentença ilíquida, situação em que o juiz não pode ameaçar a parte com a aplicação da multa, pois nem mesmo se sabe o *quantum*

devido. Nesse caso, de sentença ilíquida, incide a hipótese da segunda parte do referido artigo ("Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia... já fixada em liquidação..."), quando a multa pode ser imposta na sentença de liquidação, logo após a fixação do crédito exequendo pelo juiz. Destarte, considerando-se que nos autos foi proferida sentença ilíquida, a questão relativa à aplicação da multa do 475-J do CPC, em efetivo, compete ao Juízo de Execução, a ser dirimida quando da prolação da r. sentença de liquidação." (TRT/SP - 00015782320135020402 - RO - Ac. 10ªT [20150320358](#) - Rel. Sônia Aparecida Gindro - DOE 24/04/2015)

PORTUÁRIO

Avulso

Prescrição do pedido de restauração de registro cancelado perante o OGMO. Quando o trabalhador postula a restauração do registro que foi cancelado pelo OGMO, aplica-se a prescrição de dois anos do art. 37, parágrafo 4º da Lei n. 12.815/2013: "parágrafo 4º As ações relativas aos créditos decorrentes da relação de trabalho avulso prescrevem em 5 (cinco) anos até o limite de 2 (dois) anos após o cancelamento do registro ou do cadastro no órgão gestor de mão de obra". (TRT/SP - 00015491620145020441 - RO - Ac. 5ªT [20150209953](#) - Rel. Jomar Luz de Vassimon Freitas - DOE 20/03/2015)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Configuração

Reconhecimento do vínculo empregatício. Princípio da primazia da realidade. Prevalência. As normas trabalhistas têm natureza cogente e tornam inoperantes as manobras formais intentadas com o intuito de camuflar sua essência, inclusive aquelas adotadas com a participação do trabalhador, uma vez que o direito do trabalho se orienta pelo princípio da primazia da realidade. (TRT/SP - 00032677120135020089 - RO - Ac. 2ªT [20150225746](#) - Rel. Rosa Maria Villa - DOE 24/03/2015)

Estagiário

Contrato de estágio x relação empregatícia. Comprovado que houve o desvirtuamento do contrato de estágio, impõe-se a declaração de sua nulidade e o reconhecimento de relação empregatícia entre as partes. (TRT/SP - 00002084920125020012 - RO - Ac. 3ªT [20150099414](#) - Rel. Rosana de Almeida Bueno - DOE 20/02/2015)

Securitário

Recurso ordinário. Contrato de corretagem. Reconhecimento de vínculo empregatício. Primazia da realidade. Segundo a letra "b" do art. 17 da Lei nº 4.594/1964, art. 125 do Decreto-lei nº 73/1966 e arts. 30 e 73 da Lei Complementar nº 109/2001 não há vínculo empregatício entre os corretores e as empresas de seguros. As referidas normas encerram uma presunção legal acerca da impossibilidade de vínculo empregatício entre o corretor e a empresa de seguro. No entanto, essa presunção é relativa, ou seja, pode ser elidida por provas que demonstrem a ocorrência de fraude perpetrada com o objetivo de mascarar a relação empregatícia mantida entre o corretor e a empresa (art. 9º da CLT). (TRT/SP - 00004273920135020073 - RO - Ac. 12ªT [20150166618](#) - Rel. Marcelo Freire Gonçalves - DOE 13/03/2015)

Corretor de seguros. Vínculo de emprego. Ônus da prova do trabalhador quanto ao afastamento da aplicação da legislação que lhe é específica. Inexistência de cerceamento de defesa. Não caracteriza cerceamento do direito de defesa o indeferimento de prova cujo ônus é da parte contrária. Hipótese de alegação de fraude à Lei nº 4.594/64, cuja condição de corretor de seguros decorre de documentos acostados aos autos e que não foram contrariados por prova oral a ser produzida pela trabalhadora e necessária para evidenciar subordinação jurídica direta e exercício de atividade-fim para a contratante da empresa de seguros. Recurso a que se dá provimento para julgar improcedente o pedido de vínculo de emprego pela não comprovação pelo autor da fraude. (TRT/SP - 00030624920135020022 - RO - Ac. 9ªT [20150323853](#) - Rel. Bianca Bastos - DOE 28/04/2015)

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA/SUBSIDIÁRIA

Terceirização. Ente público

Município de São Paulo. Convênio. Serviços de creche. Responsabilidade subsidiária reconhecida. Tendo a Prefeitura Municipal celebrado convênio com a Reclamada para a prestação de serviços de creche à população, circunstância reconhecida em defesa e confessada nos autos, deixando de demonstrar em Juízo os critérios utilizados para eleger a Ré para a contratação, assim como e, principalmente, não provando ter fiscalizado o cumprimento do contrato na forma do art. 67 da Lei 8.666/93, revela-se responsável subsidiária pelos créditos do trabalhador contratado pela Reclamada. (TRT/SP - 00032175220135020022 - RO - Ac. 10ªT [20150323128](#) - Rel. Sônia Aparecida Gindro - DOE 24/04/2015)

SPTRANS. Credenciamento para comercialização de créditos eletrônicos. Responsabilidade subsidiária. Inaplicável. A SPTRANS apenas credenciou a empregadora a comercializar créditos eletrônicos e não pode ser reputada tomadora de serviços do reclamante. Entre as rés não existe contrato de prestação de serviços. Por consequência, o trabalho do reclamante não aproveitou de nenhuma forma a segunda reclamada, seja em sua atividade-meio, seja em sua atividade-fim. Inaplicável a Súmula 331, IV do C. TST. (TRT/SP - 00020085620135020084 - RO - Ac. 6ªT [20150241156](#) - Rel. Ricardo Apostólico Silva - DOE 30/03/2015)

SALÁRIO (EM GERAL)

Funções simultâneas

Acúmulo de função. Adicional. A organização da empresa e a distribuição das tarefas e atividades a serem desenvolvidas pelo empregado são prerrogativas do empregador; decorrendo diretamente do poder de direção e comando. Não havendo quadro de carreira organizado ou norma coletiva dispendo em contrário, entende-se que o empregado se obrigou a executar todas as tarefas que lhe foram atribuídas pelo empregador, desde que compatíveis com sua condição pessoal, consoante o parágrafo único do art. 456, CLT. (TRT/SP - 00010864820135020073 - RO - Ac. 11ªT [20150159778](#) - Rel. Wilma Gomes da Silva Hernandez - DOE 10/03/2015)

Vantagens. Integração

Valor pago a título de incentivo à contratação. Luvas. O valor pago a título de incentivo à contratação, oferecido ao empregado para tornar mais atraente à sua permanência no seu quadro, equipara-se às luvas do atleta profissional, devendo,

portanto, integrar o salário do empregado para todos os efeitos. Recurso do reclamante a que se dá provimento. (TRT/SP - 00022852620125020046 - RO - Ac. 3ªT [20150132136](#) - Rel. Nelson Nazar - DOE 03/03/2015)

SALÁRIO NORMATIVO E PISO SALARIAL

Constitucionalidade

Técnico em radiologia. Lei nº 7.394/85. Piso salarial. Ausência de violação ao art. 7º, IV, da Constituição Federal. O fato de a Lei nº 7.394/85, em seu art. 16, determinar que o piso salarial dos profissionais que menciona será equivalente a dois salários mínimos não implica, necessariamente, na indexação de tal piso ao salário mínimo, que é o que o comando constitucional busca evitar. Inteligência da OJ nº 272 da SDI-2 do C. TST. Recurso ordinário da reclamada a que se nega provimento. (TRT/SP - 00030479220135020018 - RO - Ac. 3ªT [20150134236](#) - Rel. Nelson Nazar - DOE 03/03/2015)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Representação da categoria e individual. Substituição processual

Sindicato. Legitimidade ativa. Substituição processual. Adicional de insalubridade. O ente sindical postula o pagamento do adicional de insalubridade em grau médio aos atuais e antigos empregados da ré. Atua na qualidade de substituto processual da categoria profissional, cuja legitimidade para a ação está assegurada pelo artigo 195, parágrafo 2º, da CLT e pela Orientação Jurisprudencial nº121 da SDI-1 do TST. Ademais, é prescindível, na inicial, a individualização dos trabalhadores, porque esta ocorrerá nas fases de liquidação e execução, bem como os substituídos são empregados e ex-empregados da empresa, e todos os dados relativos à função e local de trabalho estão sob seu controle. (TRT/SP - 00029814020135020042 - RO - Ac. 6ªT [20150129429](#) - Rel. Rafael Edson Pugliese Ribeiro - DOE 04/03/2015)